
PRÁTICAS CONTÁBEIS DE EMPRESAS BRASILEIRAS ANTES E APÓS A ADOÇÃO DAS NORMAS INTERNACIONAIS

ACCOUNTING PRACTICES OF BRAZILIAN FIRMS BEFORE AND AFTER THE ADOPTION OF THE INTERNATIONAL STANDARDS

Júlia Alves e Souza

Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Espírito Santo - UFES
Endereço: Avenida Fernando Ferrari, 514, Goiabeiras - Vitória/ES - CEP: 29075-910
Telefone: (27) 4009-2794
E-mail: julia.jasouza@gmail.com

Alfredo Sarlo Neto

Professor doutor do Departamento de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Espírito Santo - UFES
Endereço: Avenida Fernando Ferrari, 514, Goiabeiras - Vitória/ES - CEP: 29075-910
Telefone: (27) 4009-2794
E-mail: supersarloneto@gmail.com

Recebido: 16/10/2013 2ª versão: 05/11/2013
Aprovado: 19/11/2013 Publicado: 24/12/2013

Luiz Henrique Fernandes Vargas

Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Espírito Santo - UFES
Endereço: Avenida Fernando Ferrari, 514, Goiabeiras - Vitória/ES - CEP: 29075-910
Telefone: (27) 4009-2794
E-mail: luizfvargas@yahoo.com.br

Gladyson Brommoschenkel Demonier

Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Espírito Santo - UFES
Endereço: Avenida Fernando Ferrari, 514, Goiabeiras - Vitória/ES - CEP: 29075-910
Telefone: (27) 4009-2794
E-mail: gladysondemonier@yahoo.com.br

RESUMO

Este trabalho objetiva verificar a forma pela qual, determinadas práticas contábeis foram apresentadas pelas empresas antes e após o processo de harmonização da contabilidade brasileira aos padrões internacionais. O estudo tem caráter exploratório, predominantemente qualitativo, e foi realizado a partir de fontes documentais (demonstrações financeiras anuais completas), referentes aos anos de 2007 e 2010. São abordadas 74 empresas pertencentes a cinco diferentes setores econômicos (telecomunicações, petróleo e gás, mineração, alimentos e energia elétrica), totalizando 148 relatórios contábeis anuais. Os dados foram interpretados através da análise do conteúdo das demonstrações financeiras de tais empresas, a partir de um *check-list* elaborado com base nas normas contábeis. Os resultados evidenciam expressivas alterações nas formas pelas quais as práticas contábeis foram apresentadas pelas empresas dos cinco setores analisados. Em 2010, há aumento significativo na quantidade dos itens de políticas contábeis apresentadas nas notas explicativas. Observa-se que, em relação a arrendamento mercantil, redução ao valor recuperável (*impairment*), propriedade para investimento e custo de empréstimo, houve substancial aumento na apresentação de informações do ano de 2007 para 2010. São investigadas, ainda, práticas específicas, revelando, por exemplo, que o critério de custo médio é o mais utilizado para a valoração dos

estoques, que predomina o método linear de depreciação e que não há homogeneidade nos critérios de constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa. Com relação à divulgação de demonstrações, destacam-se, dentre outros achados, o predomínio da DFC (Demonstração dos Fluxos de Caixa) pelo método indireto, a inclusão da DRA (Demonstração de Resultados Abrangentes) por parte das empresas e que, em geral, a classificação das despesas na DR (Demonstração de Resultados) é apresentada por função.

Palavras-chave: Práticas contábeis; Normas internacionais de contabilidade; Divulgação de informações contábeis.

ABSTRACT

This study aims to examine the way in which certain accounting practices were presented by companies before and after the Brazilian accounting's process of harmonization international standards. The study is exploratory, mainly qualitative, and was conducted from documentary sources (annual financial statements) for the years 2007 and 2010. It covers 74 companies from five different economic sectors (telecommunications, oil and gas, mining, food and electricity), a total of 148 annual accounting reports. The data were interpreted by analyzing the content of the financial statements of such companies, using a check-list prepared based on the accounting standards. The results show significant changes in the ways in which accounting practices were presented by firms from the five sectors analyzed. In 2010, there is a significant increase in the quantity of items accounting policies disclosed in the explicative notes. It is observed that, for impairment, investment property and borrowing costs, there was a substantial increase from the reporting year 2007 to 2010. Were investigated, further, specific practices, revealing for example that the average cost criterion is the most used for the valuation of inventories, that dominates the linear depreciation method and that there isn't uniformity in the criteria for recognition of the allowance for loan losses. With regard to the disclosure of statements, stand out, among other findings, the prevalence of SCF (Statement of Cash Flows) by the indirect method, the inclusion of SCI (Statement of Comprehensive Income) by enterprises and that, in general, the classification of expenditure in the SR (Statement of Results) is presented by function.

Keywords: Accounting practices; International Accounting Standards; Disclosure.

1. INTRODUÇÃO

Este estudo tem como objetivo verificar a forma pela qual, determinadas práticas contábeis foram apresentadas pelas empresas antes e após o processo de harmonização da contabilidade brasileira aos padrões internacionais. Aborda, para tanto, as informações contábeis referentes aos anos de 2007 e 2010 de empresas pertencentes a cinco diferentes setores econômicos, listadas na BM&FBovespa.

O contexto do trabalho é constituído a partir das recentes alterações ocorridas na contabilidade financeira brasileira, inseridas no processo de harmonização internacional. Para Antunes, Antunes e Penteadó (2007), a adoção de normas internacionais de contabilidade está associada a benefícios econômicos concretos, na forma de atração de maior volume de investimentos, e o processo de globalização trouxe para primeiro plano a demanda por informações contábeis confiáveis e comparáveis, com a finalidade de suportar a variedade de transações e operações do mercado.

As leis 11.638/07 e 11.941/09, que alteraram os dispositivos da lei 6.404/76, representam o início formal das mudanças dos padrões contábeis brasileiros para o padrão internacional. Não obstante, o requerimento para a convergência parte não somente dessas leis, mas também dos diversos reguladores que já aprovaram, no todo ou em parte, os atos normativos editados pelo Comitê de Pronunciamentos

Contábeis - CPC (COSTA; YAMAMOTO; THEÓPHILO, 2011). O CPC é o órgão que tem como atribuição a elaboração de pronunciamentos técnicos e orientações sobre procedimentos de contabilidade a serem adotados no Brasil.

As empresas brasileiras prepararam as suas primeiras demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as novas exigências regulatórias, dadas a partir do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010. A adoção do novo modelo possibilita que as empresas adotem políticas contábeis mais flexíveis, de forma que a contabilidade possa representar mais adequadamente a sua realidade econômica.

A flexibilidade dos padrões contábeis baseados em princípios permite que os gestores utilizem a sua discricionariedade na definição dos critérios contábeis adotados, influenciando, assim, a qualidade da informação divulgada ao usuário externo. A apuração do resultado da empresa depende da avaliação dos ativos, ou seja, da mensuração dos fatos ocorridos. Nesse sentido, Hendriksen e Van Breda (2009) apresentam situações nas quais existem alternativas de contabilização (avaliação de estoques e depreciação, por exemplo). Destacam os autores que a escolha das possíveis alternativas afeta o resultado, de forma a aumentá-lo ou diminuí-lo.

As empresas têm o poder de escolher entre diferentes práticas ao efetuarem o tratamento de um mesmo fato contábil, ou entre diferentes formas de apresentação das demonstrações contábeis. Assim, entre os anos de 2007 e 2010, as empresas passam a ter um maior grau de discricionariedade na escolha das práticas de contabilização e evidenciação, ao mesmo tempo em que surgem novas exigências a serem cumpridas de acordo com os pronunciamentos do CPC.

Com base no exposto, este estudo pretende responder à seguinte questão: de que forma determinadas práticas contábeis foram adotadas pelas empresas antes e após o processo de harmonização da contabilidade brasileira aos padrões internacionais?

Trata-se de um estudo exploratório que visa a evidenciar, de forma geral, como determinadas práticas de contabilização e apresentação das demonstrações contábeis são tratadas pelas entidades, em ambos os anos de análise. Evidências construídas por este trabalho podem sinalizar quais as principais políticas praticadas pelas empresas antes e após a adoção das normas internacionais, conferindo relevância às principais mudanças e lançando base para posteriores aprofundamentos teórico-empíricos.

É dado enfoque sobre determinadas práticas contábeis, de expressiva importância ao contexto dos novos padrões contábeis. A abordagem utilizada é predominantemente qualitativa, e os dados utilizados foram provenientes das demonstrações contábeis anuais dos anos de 2007 e 2010, tendo sido efetuada uma análise do conteúdo de tais demonstrações.

O estudo abrange empresas pertencentes a cinco diferentes setores econômicos: telecomunicações, petróleo e gás, mineração, alimentos e energia elétrica. A seleção desses setores foi intencional, utilizando-se como critérios as características dos setores e a alta representatividade dos mesmos no cenário nacional (representam cerca de 59% do total de ativos das empresas não financeiras ativas na BM&FBovespa em 2010). Assim, são abordadas 74 empresas listadas na BM&FBovespa, nos anos de 2007 e 2010, totalizando 148 relatórios contábeis anuais.

Dá-se, neste trabalho, enfoque sobre determinadas práticas contábeis, de expressiva relevância no contexto dos novos padrões contábeis que são: nível de divulgação de políticas contábeis adotadas; estoques; depreciação; provisão para créditos de liquidação de duvidosa; custo de empréstimo; redução ao valor recuperável (*impairment*); arrendamento mercantil; propriedade para investimento; divulgação da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR) e da Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC); divulgação da Demonstração do Resultado Abrangente (DRA); apresentação das despesas na Demonstração do Resultado (DR) e apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA).

O estudo está dividido em cinco seções, sendo esta introdução a primeira. Em seguida, é apresentado o referencial teórico que suporta a realização do estudo e que trata da informação contábil,

harmonização internacional das normas, escolhas contábeis e menciona estudos anteriores relacionados ao tema. Na seção seguinte, encontra-se a descrição da metodologia utilizada. Os resultados e discussões são apresentados na quarta seção. Por fim, encontram-se as considerações finais do estudo, com sugestões a pesquisas futuras.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Informação contábil

Para Iudícibus (2010), a função fundamental da contabilidade é fornecer aos usuários de demonstrações financeiras informações que os ajudarão na tomada de decisões. Um dos principais objetivos da informação contábil, segundo Lopes e Martins (2005), é contribuir para a redução da assimetria informacional existente entre os usuários internos (gestores, por exemplo) e os usuários externos da entidade (acionistas, credores e governo, dentre outros). A contabilidade constitui-se em um importante instrumento para permitir que os diversos usuários possam avaliar a real situação da organização, uma vez que os indivíduos envolvidos nas atividades empresariais não possuem o mesmo nível de informação.

Terra e Lima (2006) afirmam que a qualidade dos padrões contábeis possui relevância no sentido de que auxiliam o mercado de capitais na redução das assimetrias informacionais, uma vez que os investidores utilizam das demonstrações financeiras na composição de suas expectativas em relação às empresas. Essas assimetrias surgem do conflito de agência, como relatam Jensen e Meckling (1976) em seu estudo. Ainda, Segundo estes autores, é fruto do relacionamento agente-principal e de seus divergentes interesses, em que o agente dispõe de informações privilegiadas e suas ações afetam o bem-estar entre as partes.

Segundo Jensen e Meckling (1976) esse problema de assimetria de informações entre o agente e o principal beneficia, em geral, o primeiro em detrimento do segundo. Sob essa ótica, a divulgação de informações contábeis destaca-se como uma ferramenta para a redução da assimetria informacional.

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC-26 (CPC, 2011b), o objetivo das demonstrações Contábeis é proporcionar informação acerca da posição patrimonial e financeira do desempenho e dos fluxos de caixa da entidade que seja útil a um grande número de usuários em suas avaliações e tomadas de decisões econômicas. As demonstrações contábeis também objetivam apresentar os resultados da atuação da administração, em face de seus deveres e responsabilidades na gestão diligente dos recursos que lhes foram confiados.

Assim, a contabilidade destaca-se como a principal linguagem de comunicação dos participantes do mercado, influenciando nas avaliações dos riscos e benefícios associados às suas decisões (NIYAMA; SILVA, 2008). A existência de práticas contábeis distintas, ao mesmo tempo em que permite uma melhor adequação à realidade de cada entidade, tem sido um desafio para a melhor compreensão e comparabilidade das informações de natureza econômico-financeira. O processo de convergência das normas contábeis internacionais, objetiva, com isso, facilitar o processo de comunicação entre os diferentes usuários das demonstrações.

2.2 Harmonização internacional das normas contábeis

A partir da década de 60, com o crescimento do mercado de capitais americano, a contabilidade passou a ser vista por uma perspectiva baseada na elaboração e divulgação de informações úteis ao processo decisório dos usuários. Desde então, passou a ser avaliada por conta de sua capacidade de fornecer informações que sejam úteis ao processo decisório dos usuários (ANTUNES; ANTUNES; PENTEADO, 2007).

No contexto de globalização econômica, as diferenças de normatização contábil entre os países podem ocasionar prejuízos às decisões de investidores e tomadores de decisão, conforme afirmam Beuren e Klann (2008). Assim, eliminar ou minimizar essas diferenças pode servir de auxílio aos investidores na análise das informações, em qualquer mercado onde negociem suas ações. No entanto, segundo os autores, mesmo com os esforços por harmonização internacional, normas contábeis locais ocasionam diferenças de análises de indicadores de desempenho em países diferentes. A globalização dos mercados trouxe, dessa forma, a necessidade da convergência contábil em todo o mundo.

Hussey e Ong (2005) definem convergência contábil como o processo de eliminar diferenças atuais entre as normas nacionais e de prevenir diferenças futuras para alcançar a harmonização contábil, que implica, segundo Wilson *apud* Belkaoui (2000), uma reconciliação dos diferentes pontos de vista sobre a contabilidade. Para Haider (2005), os investidores costumam ser atraídos por mercados conhecidos por eles, e nos quais confiam. Por essa razão, os países que adotam normas contábeis reconhecidas internacionalmente e entendidas por tais investidores passam a ter significativa vantagem sobre os demais.

A necessidade de uma linguagem contábil universal levou ao surgimento do *International Accounting Standards Committee* – IASC. Este comitê foi criado em 1973, à época, com o objetivo de divulgar e publicar um novo padrão de normas contábeis internacionais que pudesse ser mundialmente aceito. Em 2001, substituindo o antigo IASC, foi criado o *International Accounting Standards Board* – IASB, organização que visa a desenvolver um modelo único de normas contábeis internacionais que requeiram transparência e comparabilidade na elaboração de demonstrações contábeis, e que atendam aos públicos interessados nessas demonstrações. Essas novas normas são chamadas IFRS - *International Financial Reporting Standards*, e têm consolidado o objetivo de harmonizar as demonstrações financeiras em diversos países.

Há pressões para que as nações busquem uma linguagem comum para as informações contábeis, embora existam diversas diferenças entre elas. Em nível mundial, fatores como o crescimento do comércio, necessidades de investimento e o acesso rápido e fácil às notícias de outros países contribuem para o processo de harmonização contábil (NYAMA; SILVA, 2008). Lemes e Carvalho (2009) afirmam que, como é improvável a utilização do mesmo conjunto de normas ou interpretação por dois países, em virtude dos fatores culturais, legais, históricos, econômicos e políticos inerentes a cada país, a efetividade do IASB na harmonização das informações contábeis se pauta no fato de a diversidade na posição econômica e financeira das empresas figurar como barreira ou dificultador do fluxo de capitais entre os países.?’

No Brasil foi criado, a partir da Resolução CFC nº 1.055/05, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que tem como objetivo estudar, preparar e emitir pronunciamentos técnicos sobre procedimentos de contabilidade e divulgação de informações dessa natureza, levando em conta a convergência da contabilidade brasileira aos padrões internacionais (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2005).

As expectativas quanto à adoção do padrão IFRS são grandes por resultar essa medida em mudanças fundamentais no ambiente de negócios, principalmente por reduzir a variedade de normas

contábeis que as companhias devem seguir em cada país em que operam. Como há considerável variação na qualidade contábil e eficiência econômica entre os países, uma linguagem comum internacional poderá trazer grandes benefícios para a análise econômico-financeira das companhias de países e regiões diferentes (CALIXTO, 2010).

Conforme explicitam Macedo, Machado e Machado (2011), o processo de convergência das normas contábeis brasileiras ao padrão internacional (IFRS) pode ser caracterizado como um processo de migração de um padrão de regulamentação contábil mais *codelaw*, mais baseado em regras fixas, para o padrão mais *common law*, no qual prevalece a essência sobre a forma e onde as normas são baseadas preponderantemente em princípios do que em regras. Assim, aumenta o nível de discricionariedade subjacente às escolhas contábeis e decisões de divulgação.

2.3 Escolhas contábeis

Para Lima *et al.* (2010), as normas internacionais de contabilidade, como qualquer outro conjunto de padrões contábeis, permitem substancial discricionariedade por parte das empresas, envolvendo julgamentos e tendo como característica o pressuposto de que o próprio processo de mensuração é baseado em informações privadas. Tais normas, baseadas em princípios, valorizam a prevalência da essência econômica sobre a forma legal.

Santos e Calixto (2010, p. 3) afirmam que:

Contrapondo-se à tradição formalista brasileira, o fundamento consuetudinário do padrão IFRS, ao priorizar a essência sobre a forma, o julgamento da realidade econômica sobre a mera desincumbência normativa e a transparência para o investidor, certamente representará profunda transformação na contabilidade, no perfil de seus profissionais e em seu currículo disciplinar.

Escolha contábil é qualquer decisão cuja intenção primeira seja influenciar, na forma ou substância, o resultado do sistema contábil de um modo particular, conforme Fields, Lys e VINCENT (2001). Estes autores apresentam a delimitação de três proxies (chamadas de imperfeições no mercado) que influenciam as escolhas contábeis por parte dos gestores: custos de agência, assimetria de informações e externalidades. Esses fatores existem em decorrência dos contratos entre os principais e os agentes não serem completos, e também pela ausência de um mercado perfeito (se existissem, não haveria função para a contabilidade, muito menos para as escolhas contábeis).

Watts (1992) afirma que a escolha contábil inclui a seleção do gestor de um método contábil em relação a outro (por exemplo, a escolha do tipo de depreciação), e que também se pode considerar escolha contábil aquela feita por órgãos reguladores (como FASB e IASB), referentes às normas contábeis que emitem. Christie e Zimmerman (1994) colocam duas explicações que fundamentam as escolhas contábeis: o oportunismo, no sentido de os gestores escolherem diferentes métodos contábeis para melhorar sua função de utilidade à custa de outras partes relacionadas; e as ações voltadas a aumentar o valor da firma.

Para Cardoso e Martinez (2006), não seria razoável supor que as empresas estivessem dispostas a divulgar informações contábeis que contrariassem seus interesses se fosse viável e lícito escolher práticas que gerassem informações compatíveis com esses interesses. Visto que as normas contábeis proporcionam julgamento, decorrente das escolhas contábeis, o gerenciamento dos processos de reconhecimento, mensuração e divulgação é considerado uma prática inerente à contabilidade. Watts (1992) afirma que decisões entre diferentes métodos se enquadram na teoria das escolhas contábeis, mas, apesar de essas escolhas terem a intenção de influenciar o resultado, não se pode afirmar que todas elas têm por objetivo gerenciar o resultado.

Para Beaver (1998), os gestores possuem diversos incentivos pessoais nas escolhas dos procedimentos de divulgação. Fields, Lys e Vincent (2001) evidenciam que em muitos casos as escolhas contábeis estão relacionadas a fatores como o comportamento oportunístico, a governança corporativa, o desempenho da firma, a assimetria da informação e a regulação. Segundo Watts e Zimmerman (1986), antes de tomar uma decisão contábil, os gestores avaliam os possíveis impactos no seu próprio bem estar. Fisher e Verrecchia (1998) colocam, ainda, que, como o mercado não consegue observar de maneira completa os incentivos dos gestores, não consegue ajustar perfeitamente suas expectativas em relação a esses vieses.

Lima *et al.* (2010) destacam que as mudanças nos normativos contábeis estão ligadas às escolhas contábeis e não devem ser consideradas isoladas de outros elementos da infraestrutura institucional. A complexidade dos efeitos da regulação torna-se ainda mais crítica pelo fato de as companhias possuírem várias formas de responder à regulação (LIMA, *et al.*, 2010). Os incentivos subjacentes e as características institucionais das entidades influenciam na maneira como as empresas usam essa discricionariedade.

Existem diversos métodos de mensuração para depreciação: estoques, custos, dentre outros, sendo que cada método gera diferentes resultados, e todos correspondem a práticas aceitáveis (COASE, 1990). Os administradores podem, então, escolher entre diversas alternativas válidas com objetivo de apresentarem informações da forma desejada, impactando no desempenho econômico ou na estrutura financeira da empresa. As escolhas contábeis têm, assim, consequências econômicas e mudanças nos procedimentos, políticas contábeis e práticas de evidenciação das demonstrações financeiras influenciam na riqueza dos usuários da contabilidade.

2.4 Estudos anteriores

Diversos estudos internacionais têm sido desenvolvidos no intuito de analisar o impacto do processo de harmonização contábil nas práticas contábeis e, conseqüentemente, na relevância das informações contábeis. Chalmers, Clinch e Godfrey (2008) avaliaram a ocorrência de alterações significativas na precisão das previsões dos analistas financeiros com a adoção das normas internacionais e concluíram que a acurácia das previsões se elevou após a implantação dos padrões internacionais de contabilidade, o que pode indicar melhoria de qualidade das informações disponíveis para os analistas.

Jones e Finley (2011) analisaram empresas da União Europeia e Austrália, nos períodos de 1994 a 2004 e 2006, e relataram que após a introdução do IFRS houve redução significativa na diversidade informacional dos relatórios financeiros entre os países, entre setores e entre empresas de diferentes tamanhos. Barth *et al.* (2012) investigaram empresas de 27 países, nos períodos de 1992 a 2009, compreendendo períodos pré-adoção, adoção e pós-adoção de IFRS. Os autores encontram maior comparabilidade entre empresas americanas com empresas não americanas que aplicam IFRS do que quando tais empresas não americanas aplicam suas normas locais. Relatam, ainda, que é maior a comparabilidade para empresas que adotam IFRS de forma obrigatória, em países com sistema *common law* e com alto *enforcement*.

Barth, Landsman e Lang (2008) verificam se a aplicação das normas internacionais apresenta associação com maior qualidade da contabilidade. O estudo aborda uma amostra de 327 empresas nos períodos de 1994 e 2003 em 21 países que adotaram as normas internacionais. Os resultados indicam a existência de qualidade superior dos valores contábeis para as empresas que aplicam as normas internacionais.

Embora muitos trabalhos mostrem impactos positivos da adoção do IFRS, alguns estudos contrariam esses resultados. Tsalavoutas, André e Evans (2012) examinaram a existência de maior poder

explicativo, por meio de estudo de *valuerellevance*, antes e após a transição obrigatória para o IFRS na Grécia, e encontraram que não houve mudança significativa do poder explicativo antes e após a adoção do IFRS, ou seja, não houve melhora da qualidade contábil.

Meulen, Gaeremynck e Willekens (2007) mostram não existir diferença significativa de relevância entre o lucro apresentado em US-GAAP e em IFRS para empresas do Novo Mercado Alemão. Morais e Curto (2008) mostram que, para empresas de Portugal, houve redução da relevância com a adoção das normas internacionais.

Dentre os estudos referentes às recentes alterações na contabilidade financeira brasileira, pode-se destacar o de Costa, Yamamoto e Theóphilo (2011), que verificam a existência de diferenças entre os pronunciamentos contábeis brasileiros emitidos pelo CPC e as normas internacionais emitidas pelo IASB no que se refere às demonstrações contábeis consolidadas. Os resultados apontam algumas diferenças entre as normas IFRS e os pronunciamentos do CPC, porém, os autores afirmam que as demonstrações contábeis preparadas em conformidade com os CPC's estão "de acordo com as IFRS's"; no entanto, o inverso não se aplica em razão de restrições de alguns pronunciamentos em relação as IFRS's.

Santos e Calixto (2010) investigaram os efeitos da primeira fase de transição do IFRS nas empresas listadas no Bovespa, a partir de 2008, e encontraram resultados (lucro) superiores com o IFRS do que com a norma anterior, o que pode ser explicado pelo conservadorismo contábil brasileiro. Grecco, Geron e Formigoni (2009) analisaram o impacto das mudanças na legislação societária brasileira no índice de conservadorismo das companhias abertas brasileiras em 2008. Os resultados mostram que a adoção das novas práticas contábeis nesse ano trouxe um maior nível de conservadorismo às demonstrações contábeis das companhias abertas brasileiras.

O estudo de Macedo *et al.* (2011) revelou que são mais relevantes as informações apresentadas pela DFC que pela DOAR, no sentido da variação no preço das ações das empresas pesquisadas conseguirem ser explicadas de forma mais eficaz, e, houve acréscimo de relevância às informações do processo de harmonização aos padrões internacionais.

Com o intuito de averiguar se as mudanças decorrentes da adoção inicial das normas internacionais de contabilidade no Brasil interferiram na relevância da informação contábil, Lima (2010) analisou 107 empresas, que participaram do índice Ibovespa em algum momento durante o período de 1995 a 2009, totalizando 2.277 balanços. Os resultados indicaram que a relevância da informação contábil mensurada por meio dos modelos de preço e retorno, aumentou após a adoção parcial das normas IFRS no Brasil.

Tavares *et al.* (2010) buscaram evidenciar se os setores classificados pela Bovespa cumpriram as política preconizadas pelo Pronunciamento CPC 01 referente à operacionalização da perda por *impairment*. Concluem que os setores representantes da economia brasileira não conseguiram atender a requisitos mais básicos estabelecidos pelo Pronunciamento.

Destaca-se, ainda, o estudo de Lima *et al.* (2010) que analisa cinquenta empresas listadas na BM&FBovespa para verificar se no Brasil os incentivos econômicos estão associados nas empresas ao nível de observância às práticas de convergência contábil. Como resultado, os autores afirmam que há uma tendência para que os incentivos econômicos das companhias direcionem o nível de compromisso para com a convergência contábil no Brasil. Assim, empresas maiores, mais expostas ao mercado internacional e com maiores necessidades de financiamento têm mais propensão a adotar as novas práticas. Dessa forma, as práticas de divulgação, condicionadas às escolhas contábeis, tendem a variar entre as empresas e entre os diferentes setores.

3. METODOLOGIA

Este estudo tem caráter exploratório, que, de acordo com Gil (1999), visa a proporcionar maior familiaridade com o problema, objetivando, por fim, torná-lo explícito ou, ainda, construir hipóteses. Neste caso, pretende-se verificar a forma pela qual determinadas práticas contábeis foram adotadas pelas empresas antes e após o processo de harmonização da contabilidade brasileira aos padrões internacionais.

O trabalho é predominantemente qualitativo, realizado a partir de fontes documentais, que consistem nas demonstrações financeiras anuais completas, referentes aos anos de 2007 e 2010, de cada uma das empresas abordadas. No caso de empresas pertencentes a grupos econômicos, foram utilizadas as demonstrações consolidadas. Tais demonstrações foram obtidas através do site da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Foram selecionadas para análise as empresas pertencentes aos cinco setores de maior representatividade econômica (de acordo com o total de ativos), excetuando-se o setor de finanças e seguros. A exclusão desses setores ocorre, como nos estudos de Klan e Beuren (2011) e Murcia *et al.* (2010), em virtude de possuírem características específicas e por obedecerem legislação própria, o que pode influenciar o resultado da pesquisa. Assim, a pesquisa abrange os setores de petróleo e gás, energia elétrica, telecomunicações, mineração, alimentos e bebidas, que, juntos, representam aproximadamente 58,72% do total de ativos das empresas não financeiras ativas listadas na BM&FBovespa referentes ao ano de 2010. Ressalte-se que a classificação setorial utilizada é a disponibilizada pelo banco de dados Economatica®. O estudo se restringiu aos anos de 2007 e 2010, que são equivalentes ao último ano antes da adoção das novas normas contábeis e o primeiro ano da adoção obrigatória das normas internacionais de contabilidade, respectivamente. Assim, são analisadas 74 empresas ativas na BM&FBOVESPA, nos anos de 2007 e 2010, totalizando 148 relatórios contábeis anuais.

Inicialmente, foram analisadas, nas demonstrações contábeis de todas as empresas, as notas explicativas referentes ao resumo das principais práticas contábeis, verificando, através de contagem, o grau de evidenciação de itens referentes a políticas contábeis. Na sequência, foram definidas categorias de análise, com base nas normas contábeis referentes a cada uma das práticas a serem verificadas no estudo. Assim, elaborou-se uma *check-list* que permitiu a análise do conteúdo das informações contábeis, de forma a categorizar e quantificar os itens referentes a tais práticas,

As práticas analisadas foram as relativas a: estoques; depreciação; provisão para créditos de liquidação de duvidosa; custo de empréstimo; redução ao valor recuperável (*impairment*); arrendamento mercantil; propriedade para investimento; divulgação da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR) e da Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC); divulgação da Demonstração do Resultado Abrangente (DRA); apresentação das despesas na Demonstração do Resultado (DR); e apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA).

Para cada um dos itens, foram verificadas determinadas categorias, apresentadas no próximo tópico do presente estudo, no intuito de identificar a forma pela qual certas práticas contábeis foram adotadas pelas empresas em 2007 e 2010. Esta análise do conteúdo das informações gera resultados relevantes, uma vez que se evidencia o comportamento das empresas perante a adoção e divulgação de práticas que se referem à fase de convergência contábil no Brasil, sem, contudo, pretender esgotar o assunto.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Divulgação de políticas contábeis

Segundo o CPC 23 (CPC, 2009b), as políticas contábeis se caracterizam como “[...] os princípios, as bases, as convenções, as regras e as práticas específicas aplicados pela entidade na elaboração e na apresentação de demonstrações contábeis”. Neste estudo, foram analisados, nas notas explicativas das empresas da amostra, os tópicos relativos às políticas ou práticas contábeis, que contribuem para a identificação da aplicação, pela empresa, da forma pela qual as informações são reconhecidas nas demonstrações contábeis.

Assim, as empresas divulgam, em suas demonstrações contábeis, informações relativas às políticas contábeis que adotam, detalhando ainda as formas de adoção. Inicialmente, por meio da Tabela 1, observa-se a quantidade de políticas contábeis evidenciadas pelas empresas em análise. Nesta tabela são apresentados os números de políticas contábeis identificadas na pesquisa, totalizadas por ano e por setor, assim como a variação relativa do período de 2007 para o de 2010.

Tabela 1 – Quantidade de políticas contábeis identificadas

Ano	Quantidade Total		Média do Setor		Aumento percentual (2010 em relação a 2007)
	2007	2010	2007	2010	
Telecomunicações	150,00	273,00	15,00	27,30	82,00%
Alimentos e bebidas	190,00	435,00	11,88	27,19	128,95%
Petróleo e gás	57,00	122,00	11,40	24,40	114,04%
Mineração	76,00	133,00	15,20	26,60	75,00%
Energia Elétrica	685,00	1215,00	18,00	31,97	77,37%
Total	1158,00	2178,00	15,65	29,43	88,08%

Verifica-se que, com a aplicação das práticas contábeis internacionais, todos os setores analisados apresentaram aumento no volume de identificação das políticas contábeis nos relatórios anuais, fato destacado na coluna aumento percentual de 2010 em relação a 2007. O setor de alimentos e bebidas foi o que apresentou maior acréscimo na variação (128,95%), aumentando a média de divulgação por empresa em 15,31 itens, ou seja, o número de políticas contábeis descritas nas demonstrações de empresas desse setor mais que dobrou. Mesmo o setor com menor variação, mineração, teve um acréscimo expressivo (75%).

No total, houve um aumento de 88,08% na quantidade de políticas apresentadas pelas empresas. Essa análise inicial permite verificar um aumento no grau de detalhamento das práticas contábeis apresentadas pelas empresas. Nos próximos subtópicos, serão analisadas informações específicas sobre algumas das práticas contábeis apresentadas.

4.2 Estoques

Na sequência, identificou-se os critérios para avaliação de estoque apresentados pelas empresas. A avaliação de estoques é realizada por métodos específicos, dentre os quais estão o PEPS (primeiro a entrar, primeiro a sair), UEPS (último a entrar, primeiro a sair), e o custo médio. Iudícibus (2010) coloca que o custo médio e o PEPS são variantes do princípio do custo histórico. De acordo com o CPC 16-R1 (CPC, 2009a), quando não é apropriada a identificação específica de custos dos estoques, deve-se utilizar os critérios de valoração do PEPS ou o critério do custo médio ponderado (no Brasil, não é permitido o uso do UEPS nas apresentação das demonstrações contábeis). Na Tabela 2 são evidenciados os critérios de avaliação de estoques identificados pelas empresas da amostra no período de 2007 e 2010 resumidos por setor de atuação.

Tabela 2 - Critérios de avaliação de estoque

Setor	Telecom.		Alimentos		Petr. e gás		Mineraçã o		En. elétrica		TOTAL	
	2007	2010	2007	2010	2007	2010	2007	2010	2007	2010	2007	2010
Custo Médio	8	8	15	13	3	2	3	4	33	30	62	57
PEPS/Custo Médio	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	1	1
Custo Histórico	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	2
Menor entre custo de aquis. e valor líq. realizável	-	-	1	1	-	1	1	-	-	-	2	2
Não indicou	2	2	-	1	1	-	1	1	5	8	9	12

Visualiza-se que o principal critério de valoração de estoques apresentado pelas empresas é o do custo médio. Em 2007, 85,14% das empresas indicaram avaliar os estoques pelo critério do custo médio e em 2010 esta variação passa para 78,38% (redução de 6,76% de um período a outro). Verifica-se a utilização por duas empresas, em ambos os períodos, do método de avaliação de estoque pelo menor valor entre o custo de aquisição e o valor líquido realizável, sendo em 2007 uma empresa do setor de alimentos e outra de mineração, e em 2010 uma empresa do setor de alimentos e outra de petróleo e gás. Vale ressaltar que no setor de alimentos a utilização do método foi realizada pela mesma empresa nos dois períodos da amostra. Observa-se, ainda, o aumento no número de empresas que não indicaram o método de valoração de estoques nas políticas contábeis, tendo como destaque o setor de energia elétrica.

4.3 Depreciação

Conforme destacam Keating e Zimmerman (2000), os métodos de depreciação adotados afetam diretamente as demonstrações financeiras, e as mudanças nesses métodos e revisões de estimativas são ferramentas para controle de gestão sobre essas despesas ao longo do tempo.

A escolha do método de depreciação deve ser voltada para aquele que melhor reflita o padrão pelo qual se espera consumir os benefícios econômicos do ativo. Tais métodos incluem o método de linha reta, o método dos saldos decrescentes e o método de unidades produzidas (Iudícibus, 2010). Os resultados obtidos com relação ao método de depreciação adotado e critérios de estimativas são apresentados na Tabela 3.

Tabela 3 - Métodos de depreciação adotados e estimativas

Setor	Telecom.		Alimentos		Petr. e gás		Mineração		En. elétrica		TOTAL	
	2007	2010	2007	2010	2007	2010	2007	2010	2007	2010	2007	2010
<i>Ano</i>												
<i>Método</i>												
Linear	8	9	16	15	4	4	5	5	38	36	71	69
Outros métodos	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	1	1
Não indica	2	1	-	1	-	-	-	-	-	2	2	4
<i>Indicação das formas de estimativas adotadas</i>												
Estimativa da vida útil	5	8	16	15	4	4	4	4	4	13	33	44
Influência da regulação	2	-	-	-	1	-	-	-	32	19	35	20
Não indica	3	2	-	1	-	1	1	1	2	6	6	11

Observa-se o predomínio da utilização do método linear (ou de quotas constantes) em todos os setores. Apenas uma empresa, do setor de petróleo e gás, menciona utilizar também o método referente ao volume de produção do período (em relação ao total estimado para o ativo). Em 2007, duas empresas não deixam claro o método que utilizam, e esse número aumenta para quatro em 2010.

Adicionalmente, verifica-se a influência dos órgãos reguladores na determinação das estimativas de depreciação, conforme apresentadas pelas empresas. Nota-se a grande influência da regulação no setor de energia elétrica, em que a maioria das empresas indica estimar as taxas de depreciação com base nas normas da ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica). Ressalta-se que parcela significativa das empresas (8,11% em 2007 e 14,86% em 2010) não indica claramente a forma de determinação da vida útil de seus ativos depreciáveis. A maioria das empresas, entretanto, destaca os critérios de estimativas que utiliza, que incluem, por exemplo, laudos de avaliação, informações do fabricante e avaliação do histórico de bens semelhantes.

4.4 Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída através de estimativas para eventuais perdas na carteira de crédito, advém do descumprimento de obrigações assumidas contratualmente e representa ajuste no valor das operações de crédito (GELBCKE, 2010). A Tabela 4 apresenta os critérios utilizados pelas empresas em análise para definirem a provisão de créditos de liquidação duvidosa nos períodos do estudo.

Com os dados apresentados, visualiza-se que 62,16% dos critérios para reconhecer a provisão em 2007 estão no somatório de estimativa geral e estimativa por tempo de inadimplência. Entretanto, no ano de 2010 esses critérios juntos somaram 56,76% do total das empresas. Essa redução ocorre uma vez que de 2007 para 2010 o critério estimativa geral tem 40,91% de redução nos relatos das empresas.

Tabela 4 – Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Setor	Telecom.		Alimentos		Petr. e gás		Mineração		En. elétrica		TOTAL	
	2007	2010	2007	2010	2007	2010	2007	2010	2007	2010	2007	2010
Ano												
Estimativa geral	2	2	7	7	4	1	2	1	7	2	22	13
Experiência de inadimplência ocorrida	1	-	2	1	-	1	-	3	-	-	3	5

Análise individual por contas	1	-	4	4	-	1	-	-	6	5	11	10
Estimativa por tempo de inadimplência	4	6	-	-	-	-	-	-	20	23	24	29
Estimativa de que não há perdas	-	-	-	-	-	-	-	-	1	3	1	3
Não divulgou	2	2	3	4	1	2	3	1	4	5	13	14

No entanto, observa-se o aumento nos critérios “estimativa por tempo de inadimplência”, em 20,83%, e “experiência de inadimplência ocorrida”, em 66,67%. Verifica-se, ainda, que três empresas em 2010 e uma em 2007 relataram não terem estimativas de ocorrência de perdas em seus créditos e, por isso, não reconheceram provisão nos períodos. Assim, percebe-se inexistência de homogeneidade nos critérios de reconhecimento de provisão, embora haja concentração maior no setor de energia quanto ao critério de estimativa por tempo de inadimplência, em decorrência de instrução própria do setor.

4.5 Custos de empréstimos

Conforme o CPC 20-R1 (CPC, 2011a), os custos de empréstimos são juros e outros custos em que a entidade incorre em conexão com o empréstimo de recursos. Tais custos, sendo diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou à produção de ativo qualificável, formam parte do custo de tal ativo, sendo que os demais custos de empréstimos devem ser reconhecidos como despesas no período em que são incorridos.

Na Tabela 5, são apresentados os números de empresas, por setor, que, em seus relatórios contábeis dos anos de 2007 e 2010, mencionaram ou não sua política de reconhecimento dos custos de empréstimos, assim como aquelas que, além de mencionarem, também reconheceram em seu ativo tal prática.

Tabela 5 – Custo de empréstimo

Setor	Telecom.		Alimentos		Petr. e gás		Mineração		En. elétrica		TOTAL	
	2007	2010	2007	2010	2007	2010	2007	2010	2007	2010	2007	2010
Não mencionou	10	10	16	8	5	3	5	4	38	18	74	43
Mencionou	-	-	-	8	-	2	-	1	-	20	-	31
Reconheceu	-	-	-	3	-	2	-	1	-	8	-	14

A partir dos resultados apresentados na Tabela 5, verifica-se que, no ano de 2007, nenhuma empresa mencionou em seus relatórios contábeis a prática da atribuição do custo de empréstimo em seus ativos. Já no ano de 2010, aproximadamente 42% das empresas mencionaram em suas notas explicativas essa prática, sendo que apenas 14 empresas reconheceram custos de empréstimo em seus ativos.

Nota-se que, nos dois anos investigados, as empresas do setor de telecomunicações não mencionaram a prática de atribuição do custo de empréstimo em seus relatórios, ao contrário do setor de energia elétrica, em que no ano de 2010 aproximadamente 52% das empresas evidenciaram tal prática, sendo que oito empresas também reconheceram.

4.6 Redução ao valor recuperável (*impairment*)

Ao adquirir ou produzir um ativo, uma entidade tem a expectativa que o mesmo gere benefícios econômicos futuros, através, por exemplo, de sua venda ou utilização na operação da empresa (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 2009). Porém, no decorrer do tempo, vários fatores como a evolução tecnológica, ou mudanças na economia podem alterar a expectativa de geração de benefícios.

Com o intuito de amenizar as distorções provenientes das mudanças de estimativas de benefícios futuros desses ativos, contribuindo para a qualidade da informação contábil, o CPC 01-R1 (CPC, 2010a) trata da redução ao valor recuperável do ativo, também conhecido como *impairment*, que pode ser entendido como a perda dos benefícios futuros esperados.

Para identificar se houve *impairment*, o pronunciamento orienta a realização de teste de recuperabilidade anualmente ou quando houver evidências de perda. Assim, de acordo com Kieso, Weygandt e Warfield (2001), a perda por *impairment* é o montante pelo qual o valor de cada ativo registrado excede seu valor justo. Na Tabela 6, são apresentados os resultados referentes à divulgação de itens relacionados ao *impairment* pelas empresas em análise.

Nesse contexto, constata-se que no ano de 2007, somente 8,1% das empresas realizaram o teste de *impairment*, sendo que nesse ano apenas uma empresa reconheceu redução do valor recuperável do seu ativo.

Tabela 6 -Redução ao valor recuperável (*impairment*)

Setor	Telecom.		Alimentos		Petr. e gás		Mineração		En. elétrica		TOTAL	
	2007	2010	2007	2010	2007	2010	2007	2010	2007	2010	2007	2010
Não realizou teste	7	2	16	1	3	0	4	1	38	1	68	5
Realizou teste	3	8	-	15	2	5	1	4	-	37	6	69
Teste de recuperabilidade												
Anual	3	-	-	-	-	-	-	-	-	15	3	15
Quando há evidências	-	7	-	-	-	-	-	-	-	5	-	12
Anual ou evidências	-	1	-	15	1	5	-	4	-	11	1	36
Não apresentou	-	-	-	-	4	-	-	-	-	6	4	6
Reconhecimento												
Não reconheceu	10	10	16	15	4	1	5	5	38	33	73	64
Reconheceu	-	-	-	1	1	4	-	-	-	5	1	10

Já no ano de 2010, 93,2% das empresas realizaram o teste de recuperabilidade, sendo que apenas dez empresas reconheceram perda. Quanto ao período de realização do teste, nesse mesmo ano, aproximadamente 52% evidenciaram que realizam o teste anualmente ou quando há evidências do *impairment*.

Comparando o ano de 2007 com o ano de 2010, nota-se, ainda, que houve um aumento expressivo no total de empresas que realizaram o teste de *impairment*, consequência da adoção das normas internacionais de contabilidade.

4.7 Arrendamento mercantil

Segundo o CPC 06-R1 (CPC, 2010b), o arrendamento mercantil se constitui no direito de uso de um ativo por um período de tempo previsto em acordo. A empresa pode figurar nessa política como aquela que transmite o direito de uso de um ativo por determinado espaço de tempo (arrendador) para aquela que passa a deter o direito de uso desse ativo mediante o pagamento ou uma série de pagamentos (arrendatário). O arrendamento mercantil pode ser classificado como financeiro ou operacional, sendo o diferencial a existência de transferência de riscos e benefícios de um ativo (o que ocorre no caso do financeiro, mas não se aplica ao operacional). A classificação do arrendamento depende não da forma do contrato, mas da essência da transação. Na Tabela 7 são identificados os itens referentes à apresentação dos arrendamentos mercantis.

Tabela 7 – Arrendamento Mercantil

Setor	Telecom.		Alimentos		Petr. e gás		Mineração		En. elétrica		TOTAL	
	2007	2010	2007	2010	2007	2010	2007	2010	2007	2010	2007	2010
Financeiro	-	5	-	6	-	1	-	2	3	13	3	27
Operacional	2	1	-	6	-	2	-	2	-	10	2	21
Como Arrendadora	-	1	-	-	-	1	-	-	-	2	-	4

Observa-se pela Tabela 7 a evidenciação de políticas contábeis de arrendamento mercantil em que as empresas arrendatárias reconhecem essa transação como Financeiro e Operacional, e aquelas que figuram como arrendadoras apresentam suas políticas de arrendamento mercantil. Nota-se, assim, o aumento expressivo nas apresentações de políticas contábeis sobre arrendamentos mercantis, passando de um total de 5 políticas contábeis apresentadas no ano de 2007 para 52 no ano de 2010, o que representa um aumento percentual de 940% na evidenciação dessas políticas. Esse aumento foi verificado em todos os setores, e para todas as formas de arrendamento.

Observa-se, ainda, a evidenciação de política contábil como arrendadora por 4 empresas no ano de 2010, ou seja, 4 empresas reconhecem receita com arrendamento mercantil, aumento percentual de 100% em comparação ao ano de 2007. Estas informações demonstram que a adoção das normas internacionais apresentou aumento no nível de evidenciação dessas políticas no período estudado.

4.8 Propriedade para investimento

Com a adoção das normas internacionais de contabilidade, surge uma nova classificação de ativo chamada de propriedade para investimento, que, de acordo com o CPC 28 (CPC, 2009c) é a propriedade (terreno ou edifício e/ou parte de edifício) mantida (pelo proprietário ou pelo arrendatário em arrendamento financeiro) para auferir aluguel ou para valorização do capital ou para ambos.

A organização deve definir entre o modelo de valor justo ou o modelo de custo para o reconhecimento do ativo classificado como sendo propriedade para investimento. Conforme pronunciamento do CPC 28 (CPC, 2009c) o valor justo das propriedades para investimento deve ser

determinado com o objetivo de mensuração, para as entidades que adotarem o modelo do valor justo, ou de divulgação, para entidades que optarem pelo modelo de custo.

A partir da lei 11.638 de 2007, as entidades podem optar pela reclassificação de seus ativos imobilizados em propriedade para investimentos ou adquirir ativos com tais características e classificá-los nessa conta. Na Tabela 8, apresenta-se a análise referente ao fato de a empresa apresentar ou não contas específicas de propriedade para investimento.

Tabela 8 – Apresentação de conta relativa a propriedades para investimento

Setor	Telecom.		Alimentos		Petr. e gás		Mineração		En. elétrica		TOTAL	
	2007	2010	2007	2010	2007	2010	2007	2010	2007	2010	2007	2010
Apresenta	10	10	16	16	5	5	5	4	38	35	74	70
Não apresenta	-	-	-	-	-	-	-	1	-	3	-	4

Assim, quando analisadas as empresas que não apresentaram a conta de propriedade para investimento, verificou-se apenas quatro ocorrências no ano de 2010, sendo uma empresa do setor de mineração e três do setor de energia elétrica.

4.9 Divulgação da DOAR e da DFC

Uma das principais alterações trazidas pela Lei 11.638/07 refere-se à substituição da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR) pela Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC). A publicação da DFC não era exigida no Brasil até então, apesar de algumas empresas realizarem a divulgação voluntária da demonstração. Essa substituição (DOAR por DFC) já era esperada no contexto de convergência das normas brasileiras para as normas internacionais de contabilidade (MACEDO, *et al.*, 2011).

Existem duas modalidades para elaboração da DFC: o método direto e o método indireto. A principal diferença é quanto à apresentação das atividades operacionais. A metodologia direta divulga informações mais elaboradas, enquanto a metodologia indireta é mais simples, e, conseqüentemente, requer menos trabalho na sua elaboração. Os resultados relativos à divulgação da DOAR e da DFC (método direto ou indireto) são apresentados na Tabela 9.

Observa-se que, em 2007, 60,81% das empresas já divulgavam a DFC, mesmo sem haver normatização geral para divulgação dessa demonstração. Já nesse ano observa-se a maior tendência da apresentação pelo método indireto.

Tabela 9 – Divulgação da DOAR e da DFC

Setor	Telecom.		Alimentos		Petr. e gás		Mineração		En. elétrica		TOTAL	
	2007	2010	2007	2010	2007	2010	2007	2010	2007	2010	2007	2010
DOAR	10	-	16	-	5	-	5	-	38	-	74	-
DFC - Método direto	-	1	-	1	-	-	-	5	1	2	1	9
DFC - Método indireto	2	9	6	15	2	5	3	-	31	36	44	65

O maior índice de divulgação ocorreu no setor de energia elétrica (84,21%), seguido pelo de mineração (60%). Vale ressaltar que características próprias dos setores, tais como a regulação específica, influenciam os níveis de divulgação dos mesmos.

Enquanto em 2007 todas as empresas divulgaram a DOAR, por exigência legal, em 2010, nenhuma das empresas realizou a divulgação voluntária dessa demonstração. O método de divulgação da DFC predominante no ano de 2010, em todos os setores, foi o indireto, 87,84% das empresas, contra 12,16% das empresas que apresentaram pelo método direto.

4.10 Divulgação da DRA

Na sequência, analisou-se a divulgação referente à Demonstração de Resultado Abrangente. O pronunciamento técnico CPC 26-R1 (CPC, 2011b), aprovado pela deliberação CVM nº 595/09 e Resolução CFC nº 1.185/09, determina a adoção dessa demonstração. De acordo com Hendriksen e Van Breda (2009), o resultado abrangente é obtido pela variação total do valor do capital, reconhecido pelo registro de transações e pela reavaliação da empresa durante um período determinado, excetuando-se os pagamentos de dividendos e as transações de aumento ou redução de capital, além dos rendimentos de acionistas minoritários e preferenciais.

A Demonstração do Resultado Abrangente (DRA) inclui as mutações do patrimônio líquido que não representam receitas e despesas realizadas. Gelbcke *et al.* (2010) relatam que a DRA é elaborada a partir da soma do resultado líquido apresentado na DRE com os outros resultados abrangentes, sendo que o Resultado Abrangente Total corresponde à total modificação no patrimônio líquido que não seja constituída pelas transações de capital entre a empresa e seus sócios. O CPC 26-R1 (CPC, 2011b) determina que essa demonstração deve ser apresentada separadamente da demonstração do resultado. Alternativamente, permite apresentar o resultado abrangente na demonstração de mutações no patrimônio líquido. Os resultados relativos à divulgação da DRA são apresentados na Tabela 10.

Tabela 10 – Divulgação relativa à Demonstração do Resultado Abrangente

Setor	Telecom.		Alimentos		Petr. e gás		Mineração		En. elétrica		TOTAL	
	2007	2010	2007	2010	2007	2010	2007	2010	2007	2010	2007	2010
Apresenta na DMPL	-	1	-	2	-	1	-	-	-	8	-	12
Apresenta DRA, separada	-	5	-	8	-	3	-	4	-	14	-	34
Afirma não possuir RA	-	2	-	-	-	-	-	-	-	12	-	14
Não menciona	-	2	-	6	-	1	-	1	-	4	-	14

Em 2007, nenhuma das empresas em análise apresentou esse tipo de divulgação. Já em 2010, 45,95% das empresas apresentaram a demonstração dos resultados abrangentes, separadamente das demais; 12,22% incluem essa demonstração na DMPL; já 37,84% das empresas não apresentam a demonstração de seus resultados abrangentes. Dentre as que não divulgam, metade (14 empresas) justifica que não possuía outros resultados abrangentes e por isso não é feita a divulgação, enquanto as demais empresas nada mencionam sobre essa divulgação.

4.11 Apresentação das despesas na DR

De acordo com o Pronunciamento CPC 26-R1 (CPC, 2011b), as despesas podem ser apresentadas na Demonstração do Resultado (DR) de duas formas distintas com base na natureza ou na função. O modelo por função é o mais utilizado pelas empresas norte americanas, enquanto o por natureza é preferido pelas europeias. A escolha entre os métodos é feita pela entidade, sendo influenciada por fatores históricos, setoriais e da natureza da entidade, por exemplo.

No método de natureza, as despesas são agregadas na demonstração do resultado de acordo com a sua natureza, como, por exemplo, despesas com pessoal, despesas com matérias primas, depreciação e amortização. Já no método de função, as despesas devem ser apresentadas por função, por exemplo, custo do produto, despesas administrativas, despesas de vendas. Neste último, de acordo com o CPC 26-R1 (CPC, 2011b), a entidade divulga no mínimo o custo dos produtos e serviços vendidos separadamente das outras despesas. Os resultados relativos à apresentação de despesas por função ou por natureza são apresentados na Tabela 11.

Tabela 11- Apresentação das despesas na DR

Setor	Telecom.		Alimentos		Petr. e gás		Mineração		En. elétrica		TOTAL	
	2007	2010	2007	2010	2007	2010	2007	2010	2007	2010	2007	2010
Por função	10	9	16	16	5	4	5	5	35	35	71	69
Por natureza	-	1	-	-	-	1	-	-	3	3	3	5

Observa-se, assim, o grande predomínio de divulgação das despesas por função, 95,95% em 2007 e 93,24% em 2010. Nos setores de alimentos e mineração, todas as empresas adotaram essa prática, tanto em 2007 quanto em 2010. Esse método pode proporcionar informação mais relevante aos usuários do que a classificação de gastos por natureza, mas ressalta-se que a alocação de despesas às funções pode exigir considerável julgamento. Destaca-se, também, que houve um pequeno acréscimo na divulgação de despesas por natureza, de três empresas em 2007 para cinco em 2010.

4.12 Apresentação da DVA

A Lei 11.638/07 gerou a obrigatoriedade de divulgação da demonstração do valor adicionado (DVA) para as empresas abertas, necessidade esta reforçada pelo Pronunciamento CPC 09 (CPC, 2008). De acordo com Santos, Chan e Silva (2007), essa demonstração destaca-se por fornecer informações referentes à geração e distribuição de riquezas pela empresa, além de representar um importante papel para o ambiente macroeconômico. Fornece, dentre outras, informações tanto para análises de investimentos como para concessões de subsídios governamentais. Além disso, pode ser um instrumento importante para a identificação de questões relacionadas à distribuição de renda. Observou-se, a divulgação ou não de tal demonstração, sendo os resultados apresentados na Tabela 12.

Tabela 12 – Apresentação da DVA

Setor	Telecom.		Alimentos		Petr. e gás		Mineração		En. elétrica		TOTAL	
	2007	2010	2007	2010	2007	2010	2007	2010	2007	2010	2007	2010
Apresenta	2	10	1	16	2	5	1	5	29	38	35	74
Não apresenta	8	-	15	-	3	-	4	-	9	-	39	-

Assim, observa-se que 47,30% das empresas já apresentavam voluntariamente a DVA em 2007, com destaque para o setor de energia elétrica, para o qual já havia norma específica emitida pelo órgão regulador do setor, em que 76,32% das empresas fizeram tal divulgação. Com as novas normas

contábeis, todas as empresas em análise divulgaram essa demonstração em 2010, conforme esperado com a aplicação do CPC 09, ou seja, os usuários passam a ter acesso a mais esse tipo de informação que pode favorecer sua tomada de decisão.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo objetivou verificar a forma pela qual determinadas práticas contábeis foram apresentadas pelas empresas antes e após o processo de harmonização da contabilidade brasileira aos padrões internacionais. A partir das análises efetuadas, é possível verificar expressivas alterações nas formas pelas quais as práticas contábeis foram adotadas pelas empresas dos cinco setores analisados, nos dois anos abordados. Em 2010, houve aumento significativo no quantitativo dos itens de políticas contábeis apresentadas nas notas explicativas, em relação a 2007. Assim, observa-se maior evidenciação de informações que podem auxiliar os usuários a compreender a forma de preparação das informações publicadas.

Esse maior nível de divulgação pode contribuir para uma maior qualidade da informação contábil. Assim como indicado em Chalmers, Clinch e Godfrey (2008), Jones e Finley (2011), Barth *et al.* (2012), Lima (2010), Tavares *et al.* (2010), Lima *et al.* (2010) e Macedo *et al.* (2011), há tendência de que a harmonização às normas internacionais gere um maior volume de informações relevantes para os usuários das demonstrações contábeis.

Observando a forma pela qual as práticas selecionadas foram apresentadas pelas empresas, nota-se que há expressivas diferenças entre as práticas de divulgação dos diferentes setores. Verificou-se ainda, dentre outros pontos, que em relação a arrendamento mercantil, redução ao valor recuperável (*impairment*), propriedade para investimento e custo de empréstimo, houve substancial aumento na apresentação de informações do ano de 2007 para 2010.

O critério de custo médio é o mais utilizado, em ambos os períodos, para a valoração dos estoques, da mesma forma que predomina o método linear de depreciação. Além disso, não há homogeneidade nos critérios de constituição da provisão para créditos de liquidação de duvidosa. Com relação à divulgação de demonstrações, destaca-se o predomínio da DFC pelo método indireto e a inclusão da DRA trazida pelas novas normas. A DVA já era divulgada voluntariamente por grande parte das empresas em 2007, e em 2010 foi divulgada por todas elas. Nota-se, também, que as despesas são apresentadas por função na demonstração do resultado, na quase totalidade das empresas.

Assim, são identificadas diversas práticas contábeis adotadas pelas empresas brasileiras pertencentes aos cinco setores analisados. Ressalta-se, como limitações do estudo, que os resultados encontrados se restringem às empresas analisadas, não permitindo generalizações. Além disso, a metodologia utilizada para análise das informações pode sofrer influência da percepção dos autores.

Para trabalhos posteriores, sugere-se o aprofundamento de estudos referentes às políticas contábeis aqui abordadas, inclusive efetuando comparação a períodos subsequentes ao do primeiro ano de obrigatoriedade da adoção das normas contábeis internacionais. Sugere-se, ainda, a abordagem de outras políticas contábeis divulgadas pelas empresas.

Por fim, espera-se que as evidências encontradas nesta pesquisa contribuam para aumentar o conhecimento sobre a divulgação das informações no Brasil, especialmente no contexto de adoção das normas internacionais de contabilidade.

6. REFERÊNCIAS

- ANTUNES, J.; ANTUNES, G. M. B.; PENTEADO, I. M. **A convergência contábil brasileira e a adoção das normas internacionais de contabilidade.** In: SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO FEA-USP, 10, 2007, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2007.
- BARTH, M. E.; LANDSMAN, W. R.; LANG, M. *International accounting standards and accounting quality.* **Journal of Accounting Research**, v. 46, n. 3, p. 467-498, 2008.
- BARTH, M. E.; LANDSMAN, W. R.; LANG, M.; WILLIAMS, C. *Are IFRS-based and US GAAP-based accounting amounts comparable?* **Journal of Accounting and Economics**, v. 54, p. 68-93, 2012.
- BEAVER, W. *Financial reporting.* New York: Editora Prentice Hall, 1998.
- BELKAOUI, A. R. *Accounting theory.* 4.ed. London: Thomson Learning, 2000.
- BEUREN, I. M.; KLANN, R. C. **Análise dos reflexos das divergências entre IFRS e US GAAP na evidência contábil de empresas inglesas listadas na LSE.** In: 8º Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2008.
- BRAGA, J. P.; ARAUJO, M. B. V. de; MACEDO, M. A. da S.; CORRAR, L. J. **Análise do impacto das mudanças nas normas contábeis brasileiras.** **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 8, n. 15, p. 105-128, 2011.
- CALIXTO, L. **Análise das pesquisas com foco nos impactos da adoção do IFRS em países europeus.** **Revista Contabilidade Vista & Revista**, v. 21, n.1, p. 157-187, jan./mar., 2010.
- CARDOSO, R.; MARTINEZ, A. **Gerenciamento de resultados contábeis mediante decisões operacionais.** In: EnANPAD, 30, 2006. Salvador. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2006.
- CHALMERS, K.; CLINCH, G. J.; GODFREY, J. M. *Adoption of International Financial Reporting Standards: Impact on the Value Relevance of Intangible Assets.* **Australian Accounting Review**, v. 18, p. 237-247, 2008.
- CHRISTIE, A.; ZIMMERMAN, J. L. *Efficient vs. opportunistic choice of accounting procedures.* **The Accounting Review**, v.69, n.4, p. 539-567, 1994.
- COASE, R. H. *Accounting and the theory of the firm.* **Journal of Accounting and Economics**, v. 12, p. 3-13, 1990.
- CPC - COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1):** Redução ao valor recuperável de ativos. Brasília: CPC, 2010a.
- CPC - COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento Técnico CPC 06 (R1):** Operações de arrendamento mercantil. Brasília: CPC, 2010b.
- CPC - COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento Técnico CPC 09:** Demonstração do valor adicionado. Brasília: CPC, 2008.
- CPC - COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento Técnico CPC 16 (R1):** Estoques. Brasília: CPC, 2009a.
- CPC - COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento Técnico CPC 20 (R1):** Custos de empréstimos. Brasília: CPC, 2011a.
- CPC - COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento Técnico CPC 23:** Políticas contábeis. Mudança de estimativa e retificação de erro. Brasília: CPC, 2009b.
- CPC - COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1):** Apresentação das demonstrações contábeis. Brasília: CPC, 2011b.

- CPC - COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento Técnico CPC 28:** Propriedade para investimento. Brasília: CPC, 2009c.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE .**Resolução N° 1055/05.** Brasília, CFC, 2005.
- COSTA, J. A.; YAMAMOTO, M. M.; THEÓFILO, C. R. **A aderência dos Pronunciamentos contábeis do CPC às normas internacionais de contabilidade.** In: 11º Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 2011, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2011.
- FIELDS, T. D.; LYS, T. Z.; VINCENT, L. **Empirical research on accounting choice.***Journal of Accounting and Economics*, v. 31, n. 1-3, p. 255-307, 2001.
- FISHER, P.; VERRECCHIA, R. **Reporting bias.***Social Science Research Network.* Disponível em: <www.ssrn.com>. Julho, 1998. Acesso em: 25 set. 2012.
- GELBCKE, E. R.; IUDÍCIBUS, S. de; MARTINS, E.; SANTOS, A. dos. **Manual de Contabilidade Societária.** São Paulo: Atlas, 2010.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- GRECCO, M. C. P.; GERON, C. M. S.; FORMIGONI, H. **O impacto das mudanças nas práticas contábeis no nível de conservadorismo das companhias abertas brasileiras.** In: Congresso Brasileiro de Custos, 16, 2009, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: ABCustos, 2009.
- HAIDER, L. F. **Estudo comparativo de informações contábeis por segmento de empresas brasileiras que negociaram na NYSE de 1999 a 2003.** 2005. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Regional de Blumenau. Blumenau, 2005.
- HENDRIKSEN, E. S.; VAN BREDÁ, M. F. **Teoria da Contabilidade.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- HUSSEY, R.; ONG, A. **International financial reporting standards desk reference.**Hoboken, NJ (USA): John Wileyand Sons, 2005.
- IUDÍCIBUS, S. **Teoria da contabilidade.** 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- JENSEN, M. C.; MECKLING, W. H. **Theory of the firm: managerial behavior, agency costs and ownership structure.** *Journal of Financial Economics*, v. 3, n. 4, 1976.
- JONES, S.; FINLEY, A. **Have IFRS made a difference to intra-country financial reporting diversity?** *The British Accounting Review*, v. 43, p. 22-38, 2011.
- KEATING, A. S.; ZIMMERMAN, J. L. **Depreciation-policy changes: tax, earnings management, and investment opportunity incentives.** *Journal of Accounting & Economics*, v. 28, p. 359-389, 2000.
- KIESO, D. E.; WEYGANDT, J. J.; WARFIELD, T. D. **Intermediate Accounting.**WileyInternationalEdition, 10. ed. USA: John Wiley& Sons Inc., 2001.
- KLAN, R. C.; BEUREN, I. M. Características de empresas que influenciam o seu disclosure voluntário de indicadores de desempenho. **Brazilian Business Review**, v. 8, n. 2, p. 96-118, 2011.
- LEMES, S.; CARVALHO, L. N. G. de. Comparabilidade entre o resultado em BR GAAP e U.S. GAAP. **Revista Contabilidade e Finanças**, v. 20, n. 50, p. 25-45, 2009.
- LIMA, J. B. N. **A relevância da informação contábil e o processo de convergência para as normas IFRS no Brasil.** 2010. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) – Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade, FEA/USP, São Paulo, 2010.
- LIMA, V. S. de; LIMA, G. A. S. de; LIMA, I. S. de; CARVALHO, L. N. G. de. **Determinantes da Convergência aos Padrões Internacionais de Contabilidade no Brasil.** In: IV Congresso ANPCONT, 2010, Natal. **Anais...**Natal: ANPCONT, 2010.
- LOPES, A. B.; MARTINS, E. **Teoria da Contabilidade.** São Paulo: Atlas, 2005.

- MACEDO, M. A. da S.; MACHADO, M. A. V.; MURCIA; F. D. R.; MACHADO, M. R. Análise do impacto da substituição da DOAR pela DFC. **Revista Contabilidade e Finanças**, v. 22, n. 57, 2011.
- MEULEN, S. V. D.; GAEREMYNCK, A.; WILLEKENS, M. *Attribute differences between U.S. GAAP and IFRS earnings: an exploratory study. The International Journal of Accounting*, v. 42, p. 123-142, 2007.
- MORAIS, A. I.; CURTO, J. D. *Accounting quality and the adoption of IASB Standards. Revista Contabilidade & Finanças*, v. 19, n. 48, p. 103-111, 2008.
- MURCIA, F. D.; SOUZA, F. C. de; DILL, R. P.; COSTA JÚNIOR, N. A. **Impacto do nível de disclosure corporativo na volatilidade das ações de companhias abertas no Brasil**. In: 10º Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 2010, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2010.
- NIYAMA, J. K.; SILVA, C. A. T. **Teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2008.
- SANTOS, E. S.; CALIXTO, L. Impactos do início da harmonização contábil internacional (Lei 11.638/07) nos resultados das empresas abertas. **Revista de Administração de Empresas – RAE Eletrônica**, v. 9, n. 1, p. 0-0, 2010.
- SANTOS, A. dos; CHAN, B. L.; SILVA, F. L. da. **Análise dos impactos da privatização na distribuição de riqueza a partir da demonstração do valor adicionado. Universo Contábil**, v.3, n.2, p.6-21, 2007.
- TAVARES, M. F. N.; RIBEIRO FILHO, J. F.; LOPES, J. G.; VASCONCELOS, M. T. C. **Um Estudo sobre o Nível de Conformidade dos Setores Classificados pela Bovespa com o CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos**. In: IV Congresso ANPCONT, 2010, Natal. **Anais...** Natal: ANPCONT, 2010.
- TERRA, P. R. S.; LIMA, J. B. N. de. Governança corporativa e a reação do mercado de capitais à divulgação das informações contábeis. **Revista Contabilidade e Finanças**, São Paulo, v. 17, n. 42, p. 35-49, 2006.
- TSALAVOUTAS, I.; ANDRÉ, P.; EVANS, L. *The transition to IFRS and the value relevance of financial statements in Greece. The British Accounting Review*, p. 1-16, 2012.
- WATTS, R. L. *Accounting choice theory and market-based research in accounting. British Accounting Review*, v. 24, p. 235-267, 1992.
- WATTS, R. L.; ZIMMERMAN, J. *Positive accounting theory. Englewood Cliffs: Prentice Hall*, 1986.